



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

NATIANE MULITERNO DA CUNHA LESSA

**REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NO CENÁRIO DE ISOLAMENTO SOCIAL**

FORTALEZA

2022

NATIANE MULITERNO DA CUNHA LESSA

**REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NO CENÁRIO DE ISOLAMENTO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de graduada.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo de Souza Almeida

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M922r Muliterno, Natiane.
REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO
CENÁRIO DE ISOLAMENTO SOCIAL / Natiane Muliterno. – 2022.
53 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Curso de Pedagogia
, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Ronaldo de Souza Almeida.

1. EJA. 2. Ensino remoto. 3. COVID-19. I. Título.

CDD 370

NATIANE MULITERNO DA CUNHA LESSA

**REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NO CENÁRIO DE ISOLAMENTO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da
Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de graduada.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo de Souza Almeida

Aprovada em: xx/xx/xxxx.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo de Sousa Almeida (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Me. Dina Mara Pinheiro Dantas
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Me. Juliana Matias Parente
Instituto Federal de Brasília (IFB – Ceilândia)

Ao meu empenho e esforço.

AGRADECIMENTOS

À Instituição Universidade Federal do Ceará.

À minha família, pela paciência e contribuição em todos os momentos da vida.

Ao Prof. Dr. Ronaldo de Souza Almeida, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora, Prof^a Me. Dina Mara Pinheiro Dantas e Prof^a. Me. Juliana Matias Parente pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos professores entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas.

“ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (PAULO FREIRE, 2003).

RESUMO

Este trabalho analisa os desafios da escolarização de jovens e adultos no contexto de ensino remoto, em razão da pandemia do novo Corona vírus, buscando trazer uma reflexão no que tange à reinvenção dos processos educativos de jovens e adultos, com base na experiência dos professores do Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Souza em 2021, diante do momento vivenciado pela pandemia de COVID 19. Tomamos, principalmente, por base os pressupostos teóricos trazidos por Belloni (2001), Paulo Freire (2003), Almeida (2006) Souza (2019) e na Constituição Brasileira. A pesquisa tem caráter qualitativo, e, para a coleta de dados, utilizamos um formulário *online* com questionário para os professores que atuam na modalidade da EJA. A suspensão das aulas presenciais tornou-se, portanto, um grande desafio para a Educação de modo geral, tendo em vista a falta de preparo do Estado, para além dos componentes curriculares, mas para toda estrutura da(s) a(s) modalidade(s) de ensino, neste sentido, este estudo vem para contribuir com as discussões referentes às políticas em torno da Educação de Jovens e Adultos e, principalmente, os reflexos do isolamento social para os educandos.

Palavras-chave: EJA; Ensino Remoto; COVID 19.

ABSTRACT

This work analyzes the challenges of schooling for young people and adults in the context of remote teaching, due to the pandemic of the new Corona virus, seeking to bring a reflection regarding the reinvention of educational processes for young people and adults, based on the experience of teachers of the Center for Youth and Adult Education Professor Gilmar Maia de Souza in 2021, given the moment experienced by the COVID 19 pandemic. We are mainly based on the theoretical assumptions brought by Belloni (2001), Paulo Freire (2003), Almeida (2006) Souza (2019) and in the Brazilian Constitution. The research has a qualitative character, and, for data collection, we used an online form with a questionnaire for teachers who work in the EJA modality. The suspension of face-to-face classes has therefore become a great challenge for Education in general, given the lack of preparation of the State, in addition to the curricular components, but for the entire structure of the modality(ies). (s) of education, in this sense, this study comes to contribute to the discussions regarding the policies around the Education of Youth and Adults and, mainly, the reflexes of social isolation for the students.

Keywords: EJA; TEACHING; COVID.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Imagem de satélite do CEJA Professor Gilmar Maia de Souza.....	24
Figura 2 -	Respostas dos professores	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atos administrativos no âmbito educacional referentes à progressão da Epidemia.....	32
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de ensino na instituição.....	42
Gráfico 2 – Experiência anterior com ensino remoto ou a distância.....	42
Gráfico 3 – Plataformas utilizadas.....	43
Gráfico 4 – Perspectiva da necessidade das ferramentas.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
EAD	Educação a Distância
BNCC	Base Curricular Comum Nacional
CEB	Câmara de Educação Básica
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID-19	Coronavírus 2019
LDB	Lei de Diretrizes e Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento Sem Terra
OMS	Organização Mundial De Saúde
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica Universidade de São Paulo
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

LISTA DE SÍMBOLOS

\$	Dólar
%	Porcentagem
£	Libra
¥	Iene
€	Euro
§	Seção
©	Copyright
®	Marca Registrada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA.....	18
3	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONCEITO E BASE LEGAIS.....	19
3.1	A docência para Jovens e adultos.....	22
3.2	Os Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEJAs.....	23
3.2.1	O Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Sousa.	23
4	PANORAMA DA COVID-19 NO MUNDO E NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA EJA.....	26
4.1	Alteração da prática pedagógica.....	26
4.2	Repercussões na modalidade.....	28
5	ENSINO REMOTO.....	30
5.1	Ensino emergencial.....	32
5.2	Desafios existentes no ensino remoto emergencial.....	35
5.3	A docência no ensino remoto.....	37
6	CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES DO CEJA PROFESSOR GILMAR MAIA DE SOUSA.....	41
7	CONCLUSÃO.....	45
8	REFERÊNCIAS.....	47
	APÊNDICE A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os desafios da escolarização de jovens e adultos no contexto de ensino remoto, em razão da pandemia do novo Corona vírus, buscando trazer uma reflexão no que tange à reinvenção dos processos educativos de jovens e adultos, com base na experiência dos professores do Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Sousa, em 2021, diante do contexto de surgimento de um novo Coronavírus (SARS-CoV-2) e a disseminação da Doença do Coronavírus 2019 - COVID-19, que afetou vários setores da sociedade e surpreendeu a todos, em especial o campo da educação, apesar da tecnologia avançada do século XXI (MARANHÃO; REIS, 2020).

Com isso em mente, nota-se que, em decorrência da epidemia do novo coronavírus, a educação foi severamente afetada, tendo em vista a necessidade infraestrutura e material técnico, como computadores, celulares, ou ainda, o próprio acesso à internet, o que reflete diretamente na qualidade da educação em algumas escolas do país (DIAS; PINTO, 2020).

Diante desse contexto, há a necessidade de novas estratégias para promover o ensino remoto voltado para o setor de Educação de Jovens e Adultos. O trabalho tem como objetivo geral destacar o impacto da epidemia do novo Coronavírus na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tendo como locus de pesquisa o Centro de Educação de Jovens e Adultos PROFESSOR GILMAR MAIA DE SOUSA. No intuito de alcançarmos o objetivo geral delimitamos como os objetivos específicos os seguintes: compreender o funcionamento prático do ensino de EJA e as modificações que foram necessárias durante a pandemia, compreender as medidas adotadas pelos agentes da educação na EJA da rede Estadual do Ceará, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Sousa.

A pesquisa surgiu diante da convivência com uma professora de EJA onde, fiquei instigada a identificar as principais ações e as dificuldades em torno do desenvolvimento e sustentação da qualidade do ensino nesse contexto. Foram frequentes as reuniões (*online*) de alinhamento e treinamentos para uso de plataformas *online*, mas, sempre havia algo pendente, alguma dificuldade se tornava mais expressiva e ao retorno das aulas em si, o contato com os alunos, foi possível presenciar atendimentos até durante a madrugada, na tentativa de apoiar o aluno com familiares doentes ou que precisaram trabalhar ainda mais fora de casa durante esse período, devida a redução de renda familiar.

No que se refere aos processos de coleta de dados, estes foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica, levando em consideração as características inusitadas do assunto para basear a discussão teórica e amparar a análise da pesquisa realizada, via formulário online, com

professores da rede Estadual do Ceará, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Sousa, localizado o centro da cidade de Fortaleza.

Em vias organizacionais, este trabalho está disposto em tópicos, onde os primeiros apresentam o contexto, o problema, os objetivos e os processos metodológicos e em sequência discute os fundamentos da teoria e legislação da EJA; o panorama da epidemia de COVID-19 no mundo e no Brasil; as nuances do ensino remoto; os ensaio do resultado da pesquisa realizada; e, por fim, é apresentada uma consideração final mostrando que o contexto da epidemia do novo Coronavírus tem provocado uma série de mudanças no sistema educacional, resultando em todos os setores da educação formal se adaptando para atender às necessidades da sociedade e do mercado de trabalho.

2 METODOLOGIA

Devido à epidemia de COVID-19, não foi possível visitar a escola ou realizar as entrevistas pessoalmente, por tanto, este trabalho foi construído mediante formulário *online*, preenchido por 7 professores do CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PROFESSOR GILMAR MAIA DE SOUSA, localizado no Centro da capital cearense. O referido formulário está disponível no APÊNDICE A, ao final deste trabalho. Foram propostas perguntas abertas e fechadas, para compreender as discussões em torno da rotina vivenciada pelos professores e seus posicionamentos diante de tantas questões externas à Educação.

Aos professores entrevistados não foram direcionadas perguntas relacionadas à idade, gênero, raça ou preferências pessoais quanto à rotina pessoal, estando, ao máximo, direcionado aos objetivos propostos pela pesquisa.

Para nortear as discussões que se seguem, foram realizadas pesquisas bibliográficas, nos âmbitos da Educação de Jovens e Adultos, Legislação, Saúde, Atualidades e Tecnologia.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONCEITO E BASE LEGAIS

Pensar em EJA não é uma tarefa fácil, geralmente se associa à educação noturna, educação popular, educação comunitária, educação ensino adicional informal. Alguns desses conceitos, embora vinculados a EJA, não a explicam. De acordo com a LDB, seção V, seção 37, “A Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que ainda não conseguiram acessar ou cursar o Ensino Fundamental e Médio. A idade mínima para a Educação Básica é de 15 anos e a média de 18 anos” (BRASIL, 1996). A maioria desses alunos foram prejudicados pelas necessidades sociais, familiares, trabalhistas e/ou culturais; diante desse misto de características e estilos de vida é necessário ser considerada a diversidade, de forma a proporcionar condições duradouras para a educação. Portanto, a EJA está inserida em um processo educativo que leva em consideração o porte do indivíduo, visualizando o sujeito como um ser humano imperfeito, capaz de buscar seu pleno potencial.

O objetivo da EJA é formar cidadãos críticos que participem ativamente do processo de construção da realidade social. Portanto, espera-se que a educação estimule o diálogo e a formação de uma consciência em profundidade, como afirma a teoria freiriana. Em Lopes (2005), a abordagem freiriana é livre, não só intelectual, mas também social, cultural e política. Para Paulo Freire, o homem é uma criatura política que, na maioria das vezes, desconhecendo sua capacidade de transformar e intervir na verdade, acaba obedecendo às condições impostas pela sociedade em que vive. A falta de conhecimento decorre do ensino tradicional que coloca o leitor em condições de observar e nada fazer sobre sua realidade, como cartas vazias, informando o conteúdo das células, separadas e alienadas da verdade.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica, amparada pela Lei 9.394/96, destinado a jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos em idade adequada (BRASIL, 1996). O processo começou com os jesuítas, sem ação ou apoio governamental. Pela Constituição Estadual de 1988, a Educação de Jovens e Adultos foi instituída como função do Estado e desde então o método de ensino tem buscado e conquistado cada vez mais espaço. Em 1963, uma proposta desenvolvida pelo professor e filósofo brasileiro Paulo Reglus Neves Freire, foi adotada nacionalmente como um guia de alfabetização para jovens e idosos, conhecido como “alfabetização de 40 horas”.

Na década de 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi utilizado por um governo de coalizão, que era uma proposta de ensino que não estava relacionada ao contexto estudantil e não tinha pretensões críticas reconhecidas por Paulo Freire. Tratava-se de um programa de alfabetização de jovens e adultos em substituição aos já existentes, sob os

auspícios da Lei nº. 5.379/67. O programa acontece fora da escola e não exige formação pedagógica:

Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação.

Paulo Freire foi um excelente pioneiro da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e trouxe grande influência e contribuição. Através de suas ideias e de seus estudos, defende o fato de que o conhecimento da educação é uma ferramenta humana sobre o mundo, ou seja, pelo que o aluno já sabe sobre sua experiência de vida, seja ela cultural, social e política e toda essa ação traz consigo mudança, portanto, não um ato neutro, mas um ato político.

Em decorrência do golpe militar de 1964, Paulo Freire foi preso e deportado e, nesse período, desenvolveu carreira em programas de educação e viajou para diversos países prestando assessoria acadêmica, fortalecendo o movimento e trazendo reconhecimento não para si, mas ao seu próprio país, sendo o Brasil homenageado por seu trabalho.

Essa experiência permitiu-lhe analisar os tipos de métodos de leitura que se relacionavam diretamente com o público de jovens e adultos, possibilitando-lhe desenvolver seu famoso método, como afirma:

[...] Procurávamos uma metodologia que fosse um instrumento do educando, e não somente do educador, e que identificasse – como fazia notar acertadamente um sociólogo brasileiro – o conteúdo da aprendizagem com o processo mesmo de aprender. (FREIRE, 1980, p. 41).

Para ele, o aluno deve estar ativamente envolvido em seu processo de ensino-aprendizagem, deve perceber que sua participação é importante para adquirir novos conhecimentos e tornar o processo de ensino-aprendizagem significativo. O método de ensino proposto por Paulo Freire aplicado a uma cultura já adquirida pelos alunos, que se relacionava diretamente com a experiência de mundo e o que aprendiam em casa e na comunidade em que estavam inseridos e, portanto, a importância de conhecer a alfabetização, está diretamente ligada à realidade cultural desses alunos. Se a leitura acontecesse desvinculada da realidade dos alunos, não seria razoável ler e escrever e eles poderiam aplicar essas lições no seu dia a dia.

De acordo com o Marco de Ação de Belém (2010), a educação de jovens e adultos é de suma importância para a sociedade, o que contribui para o enfrentamento de diversas formas de exclusão social. De fato, sabemos que sem a devida educação, esses jovens ficam excluídos de muitos dos direitos a que têm, e o que podemos dizer é que a EJA é remediar o direito desses

grupos e a necessidade de eles exercerem sua cidadania, assinar um documento ou até mesmo saber o número do ônibus necessário para comparecer no trabalho.

Um marco legal importante nas últimas décadas é a Constituição Orgânica de 1988, que trata de dois elementos-chave da EJA: primeiro, a questão da garantia de acesso gratuito a essa modalidade de Ensino Fundamental (art. 208, inciso I) e, em seguida, dar ênfase no combate ao analfabetismo como um dos objetivos do Programa Nacional de Educação (art. 214, inciso I).

A Constituição do Estado de 1988 expressou a profunda preocupação do governo com o alto nível de analfabetismo; pessoas que não conseguiam estudar porque tinham que trabalhar e cuidar da casa ou cuidar da família e dos filhos, a maioria não sabia ler nem escrever, então, com o tempo, esses números aumentaram, pois tinham vergonha de ir à escola e eram colocados em turmas onde alguns alunos eram muito mais jovens. Com o intuito de combater o analfabetismo e possibilitar que esses grupos atinjam seu pleno potencial, a EJA vem se destacando ao longo dos anos como fator fundamental na erradicação do analfabetismo e na construção de uma sociedade justa e equânime, prestação de jovens e adultos recebem educação gratuita e adequada às suas circunstâncias particulares. E como garantido na Constituição 88:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de: I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria [...] VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

Ao analisarmos e tendo como base os documentos legais que tratam sobre essa modalidade, sabemos que:

A EJA, de acordo com a Lei nº 9394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, para tal deveria receber um tratamento consequente. (PARECER CNE/CEB nº 11/2000, p. 2).

A Lei de Diretrizes e Diretrizes Nacionais da Educação, em nossa LDB, afirma que a EJA é destinada àqueles que não conseguem acessar ou continuar sua educação na idade adequada e construirá uma ferramenta de aprendizagem e aprendizagem ao longo da vida.

Legalmente, os programas de educação oferecem educação gratuita para esses jovens e adultos com perfil estudantil adequado, inclusive aqueles que estão trabalhando, proporcionando assim um ensino noturno regular com todas as mudanças necessárias para ajudar a comunidade. Outro fato importante é que esse direito à educação gratuita se estende por toda a vida, portanto, não importa a idade do aluno ao ingressar no curso, ele sempre terá direito à educação ministrada em instituições de ensino, bem como procedimentos e métodos apropriados, conforme destaca CNE/CEB No. 11, de 10 de maio de 2000, que delinea as

características da LDB, estende a definição de EJA para além da escola, que é ser direito de todos os cidadãos, para levar a ideia de educação continuada, o que faz ao longo da vida, e considera novas definições de EJA através de suas funções restauradoras, equilíbrios e funções relevantes.

3.1 A docência para Jovens e adultos

As ações dos professores da EJA são muito importantes para que uma educação de qualidade seja ofertada e suficiente para o aluno desta modalidade. Segundo Nogueira (2001, p. 25), “[...] é importante não perder de vista o papel da escola na sociedade e nosso papel de mediadora, para que o aluno possa fazer a diferença no mundo que o cerca e a comunidade em que vive”. Os métodos de ensino devem ser adaptados às reais necessidades da escola e ao público-alvo. Outro fator importante é a valorização das experiências dos alunos externa à escola, pois eles já chegam à sala de aula com muita experiência e conhecimento que deve fazer parte do compartilhamento de conhecimento com os professores.

Nesse sentido, as atividades de Ensino devem se concentrar no contexto em que a comunidade e os alunos estão envolvidos, pois ajuda o professor a usar métodos de fácil compreensão para os alunos e que podem não ser familiares a seus alunos. É importante utilizar exemplos em que o aluno possa se reengajar, professor-aluno, em relações de compartilhamento de conhecimento, e desenvolver uma aprendizagem significativa e efetiva, pois isso é necessário para que o professor tenha como objetivo, segundo Schwartz (2010), “o objetivo do trabalho didático-alfabetizador é contribuir para que os sujeitos se tornem usuários autônomos da linguagem”.

Nesse caso, a ação docente avança, respeitando o conhecimento dos alunos e aperfeiçoando a experiência de aprendizagem. A esse respeito, Schwartz (2010) enfatiza que o professor deve refletir pessoalmente, primeiramente, examinando quais teorias seguirão, a fim de determinar quais teorias seguirão para apoiar seu trabalho e determinar a natureza da teoria. da teoria que seguirão. do aluno quer construir. Como resultado, a educação para jovens e idosos é capaz de enriquecer habilidades de aprendizagem, desenvolver habilidades humanas e sociais para uma sociedade crescente e equitativa.

O aluno da EJA vive um processo difícil, que inclui problemas como preconceito, vergonha, crítica e fracasso, portanto, é possível perceber a importância do professor na concepção deste programa, desempenhando um papel importante na compreensão do aluno e

de sua realidade, auxiliando-o no processo de inserção na comunidade educada e na busca de seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Diferentemente das crianças, os alunos da EJA trazem maiores responsabilidades culturais e sociais, com necessidades diferenciadas, com foco na formação profissional e na reabilitação da comunidade. Portanto, é importante que o professor conheça os alunos com os quais vai trabalhar, sobre os registros escolares, os diagnósticos iniciais e o diálogo, o que busca desenvolver atividades pedagógicas alinhadas aos saberes e verdades expressos pelos alunos com o objetivo de construir uma cultura de participação e democracia.

Diante desses fatores, a formação continuada do professor de EJA torna-se mais importante, levando a uma formação mais progressiva. Segundo Lopes (2005, p. 14) “[...] o progresso não é simplesmente a aquisição de novos conhecimentos. É abrir a consciência para as coisas novas que surgem a cada dia e repensar a forma de se ensinar”.

3.2 Os Centros de Educação de Jovens e Adultos e o perfil dos estudantes

Com intuito de atender aos jovens e adultos que buscam finalizar seus estudos, existem os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), os quais ofertam disciplinas ao nível de Ensino Fundamental – anos finais e de ensino médio. Para matrícula nos CEJAs, é necessário que o novo educando esteja na faixa etária determinada na lei;

“Conforme o Parecer 06/2010, Art. 5º, Obedecidos o disposto no artigo 4º, incisos I e VII, da Lei nº 9.394/96 (LDB) e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização obrigatória, será considerada idade mínima para os cursos de EJA e para a realização de exames de conclusão de EJA do Ensino Fundamental a de 15 (quinze) anos completos. Art. 6º Observado o disposto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 9.394/96, a idade mínima para matrícula em cursos de EJA de Ensino Médio e inscrição e realização de exames de conclusão de EJA do Ensino Médio é 18 (dezoito) anos completos.” (BRASIL, 2009)

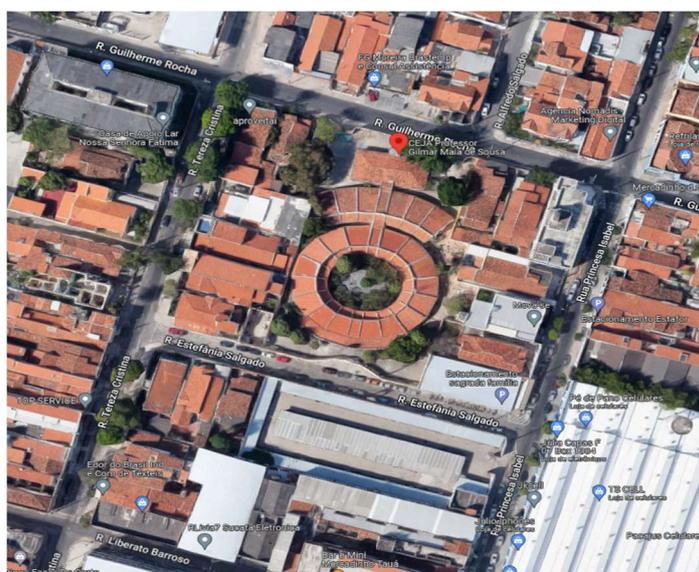
É necessário, também, comprovação anterior de escolaridade, caso não possua, o CEJA realizará uma avaliação diagnóstica.

3.2.1. O Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Sousa

O Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Sousa tem capacidade de atendimento para dois mil estudantes, na modalidade semipresencial, de forma

modular e, onde o aluno pode tirar dúvidas nos horários de atendimento disponíveis por disciplina, proporcionando uma modalidade bastante flexível, além de realizar os atendimentos nos três turnos, das 7:00 hrs até às 21:00 hrs, facilitando ainda mais o acesso e assiduidade dos alunos.

Figura 1 - Imagem de satélite do CEJA Professor Gilmar Maia de Sousa



O CEJA foi projetado, contando, portanto, com uma infraestrutura diferenciada; sua estrutura não foi aproveitada de outros prédios como de costume. Possui uma praça central circular, possibilitando maior visibilidade dos alunos às salas, biblioteca e refeitório; espaços que estão disponíveis no entorno da praça; facilitando, também, a mobilidade entre os espaços.

De modo geral o Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Souza dispõe de cinco de salas de aula, duas salas de coordenação pedagógica, uma sala de direção, refeitório, três banheiros - sendo um masculino, um feminino e um de acessibilidade - biblioteca com sala de multimeios integrada, estacionamento para funcionários, placa de localização na entrada do Centro, sala de vídeo, sala de canto, sala de laboratório de informática, duas salas de avaliações, sala de arquivamento, sala de serviço de apoio pedagógico, sala de planejamento, secretaria, pátio e a praça em um formato circular com jardim, além de várias mesas de estudos espalhadas pelo seu entorno.

Quanto às disciplinas e/ou módulos que o CEJA ofereceu, estes variaram de acordo com o nível em que os alunos se encontravam, bem como as áreas de conhecimento e quantidade de avaliações.

Para o Ensino Fundamental, foram ofertadas, respectivamente, as seguintes disciplinas e áreas de conhecimento:

- Português
- Matemática
- Artes
- Inglês
- Educação Física (teórico)
- Ciências
- Ciências Humanas
 - História
 - Geografia

Para o ensino médio as disciplinas e áreas de conhecimento foram, respectivamente:

- Artes
- Português e Redação
- Matemática
- Inglês
- Educação Física (teórico)
- Ciências Humanas
- História
- Geografia
- Filosofia
- Sociologia
- Ciências da Natureza
- Física
- Biologia
- Química

O material didático base utilizado no processo de ensino e aprendizagem é oriundo do programa nacional do livro didático e enviado pelo Ministério da Educação, o material complementar é sugerido pelos professores e ofertado para consulta ou empréstimo na biblioteca. Já no que se refere à avaliação, o aluno deve atingir média de rendimento mínimo nota seis, sendo, portanto, necessário para que o aluno receba sua certificação de conclusão.

4 PANORAMA DA COVID-19 NO MUNDO E NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA EJA

O nome Coronavírus se refere a um grupo de vírus que já são conhecidos pelos humanos, o vírus recebe esse nome pelo aparecimento de uma coroa. O coronavírus representa um grupo de vírus que pode infectar animais e humanos e causar sintomas leves de dor de garganta, coriza, tosse, dor de cabeça generalizada ou gripe. No entanto, alguns vírus como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) podem apresentar patologias respiratórias mais graves levando ao óbito (FIORATTI, 2020). O vírus se mantém incubado por até duas semanas no corpo humano e permanece na carcaça por dias, transmitindo-o efetivamente à família e membros especialmente profissionais de saúde e agentes funerários (BRASIL/MS, 2020).

Segundo Galdino (2020) com base nos estudos de Agrela (2020) e Fioratti (2020), a atual epidemia de Coronavírus se originou na região asiática de Wuhan, transmitida aos humanos como zoonose por animais infectados, como morcegos, cobras e camelos, causando infecções respiratórias leves e graves. O surto rapidamente passou a ser considerado epidemia, tendo em vista a expansão voraz de transmissão do vírus, da China para Coreia do Sul, Japão, Taiwan, Tailândia e, apesar das iniciais tentativas de contenção, o vírus extrapolou as fronteiras continentais, em menos de 60 dias, todos os continentes já sinalizavam a contagem de infectados e mortos.

Em relação ao estado do Brasil em termos de casos de COVID-19, segundo informações dos secretários estaduais de saúde, em 8 de março deste ano, foram testados 29,1 mil casos positivos e 653 mil mortes.

Ressalta-se que o surto do novo coronavírus (COVID-19) tornou-se uma grande emergência de saúde pública e é considerada a maior epidemia do século, levando as nações a repensarem suas estratégias e formas de obter ajuda no enfrentamento da doença e continuidade do ano letivo (FIORATTI, 2020; FIRMIDA, 2020).

4.1 Alteração da prática pedagógica

[...] A OMS recomendou aos governantes a adoção de intervenções não farmacológicas, as quais incluem medidas de alcance individual (lavagens das mãos, uso de máscaras e restrição social) ambiental (limpeza rotineira de ambientes e superfícies) e comunitário (restrição ou proibição ao funcionamento de escolas e universidades, locais de convívio comunitário, transporte público, além de outros espaços onde pode haver aglomeração de pessoas). Entre todas destaca-se a restrição social (MALTA, SZWARCOWALD, et al, 2020, p. 2).

Diante de tais medidas, as rotinas diárias mudaram. Dentre essas, destaco a interdição pública da Secretaria do Estado do Ceará, através do DECRETO Nº33.510, de 16 de março de 2020:

CONSIDERANDO o aumento do número de casos suspeitos e a confirmação de casos de contaminação pela COVID-19 no Estado do Ceará, CONSIDERANDO a necessidade de adoção de normas de biossegurança específicas para os casos suspeitos e confirmados da doença, DECRETA: Art. 1º Fica decretada situação de emergência em saúde no âmbito do Estado do Ceará, em decorrência do novo coronavírus (COVID-19).

A partir do estado de emergência, Estados e municípios tomaram uma série de medidas para combater a propagação da doença, como o fechamento de empresas e escolas, como forma de impedir a propagação da doença e a propagação do vírus, mantendo-se em atendimento apenas serviços essenciais, como supermercados, farmácias e hospitais.

Júnior e Moraes (2020) têm feito pesquisas com base em jornais, textos oficiais, temas científicos, entre outros, com o objetivo de evidenciar as consequências sociais do fechamento das escolas devido à Covid-19 (p. 1). E como resultado desse estudo, sobre os efeitos do fechamento das escolas devido à epidemia de Covid-19, Júnior e Moraes constataram que:

[...] como resultado percebe-se reflexos potenciais nos alunos, professores e pais, tendo em vista que problemáticas derivadas desse fechamento como: a interrupção do aprendizado, alimentação escolar, adaptação dos professores a nova realidade tecnológica, país sem preparação para as atividades em ensino remoto e em casa, desafio na melhoria e manutenção do ensino remoto, lacunas de assistência às crianças, aumento na taxa de evasão escolar, isolamento social das crianças e, os desafios para validar e medir o aprendizado, tendem a afetar de forma direta e indiretamente esses indivíduos, principalmente aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade e injustiça social (2020, p.1).

Em Júnior e Moraes (2020, p.1), essas respostas aos reflexos sociais devem partir de relações que envolvem o Estado, a escola, o aluno e a família, para que o apoio combinado forneça o suporte necessário para obter os melhores resultados durante o fechamento das escolas.

A epidemia de Covid-19 afetou profundamente a educação, resultando em mudanças dramáticas na realidade das escolas públicas e privadas em todo o Brasil (SILVA, OLIVEIRA, ALVES, 2020). Por isso, era urgente mudar a forma como ensinamos e aprendemos, bem como as práticas de ensino que acontecem nas instituições de ensino.

Com base no exposto, destaco duas mudanças que impactaram o ambiente educacional com o fechamento das escolas: a falta de adequação técnica dos professores no ambiente escolar e a inacessibilidade da internet e da tecnologia.

Costa (2020), anunciou que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) apresentou uma conferência sobre "Formação de Professores em Letramento Digital e

Tecnologia Digital", apresentada pela professora Maria Elizabeth Biancoccini de Almeida, da Pontifícia Universidade Católica Universidade de São Paulo (PUCSP), realizado em 04/11/2020, na 72ª Reunião Anual da SBPC. Segundo Costa, (2020) apud Biancoccini, (2020), devido ao Covid-19, a falta de preparo em termos de tecnologia para professores e escolas em aulas remotas ganhou força e a epidemia mostrou que os professores precisam de maior engenhosidade da tecnologia para ser usada no ensino, mas, antes disso, eles precisam de treinamento. Costa (2020) apud Biancoccini (2020):

O professor precisa não ter só influência digital, mas também entender as contribuições que as tecnologias trazem para os processos de ensinar, aprender e desenvolver o currículo para poder discernir qual tecnologia usar em cada situação. E como as tecnologias estão em contínua evolução, esse professor terá de ter o desenvolvimento profissional. Ou seja, aprendizagem ao longo da vida (p.2 e 3).

A tecnologia não está incluída no planejamento curricular, que inclui cursos de graduação. A era digital abala todo o ambiente educacional e traz grandes oportunidades para o desenvolvimento educacional, mas neste caso é preciso reorganizar o currículo e refletir sobre a formação docente (COSTA, 2020, apud BIANCOCCINI, 2020).

Diante dessas situações, poucos alunos puderam contar com o apoio efetivo dos pais e/ou responsáveis, devido ao seu nível de escolaridade e desempenho durante o isolamento social, letramento digital, recursos tecnológicos, falta do acesso à internet, porém, é necessário destacar que, o acesso a diversas plataformas de ensino se deu através do uso da Internet, tornou-se a opção mais viável do ensino remoto, para diversas redes, escolas para alguns.

Gatti (2020), ressalta que o impacto das mudanças na ética de trabalho, educação, relacionamentos e necessidades, diante das epidemias e do isolamento social, quebrou certas normas sobre o que é importante ou não e exige paciência, principalmente considerando a “invasão” da escola no ambiente familiar, abalando a estrutura educacional formativa do educador.

4.2 Repercussões na modalidade da EJA

Ao estabelecer conexões dinâmicas entre a escola e as vivências, o aluno torna-se um sujeito cada vez mais independente, autônomo; o isolamento social acarretado pela COVID-19 trouxe a necessidade de repensar o relacionamento com os alunos e a didática de ensino e avaliativa, então, é necessário se colocar à “[...] disponibilidade ao risco, a aceitação do novo e a utilização de um critério para a recusa do velho.” (FREIRE, 2003, p. 35).

O ensino fora da sala de aula, a mudança de rotina dos estudantes, a reclusão doméstica, o acréscimo da necessidade do uso de ferramentas tecnológicas, que alguns alunos e professores, jamais utilizaram, softwares como o WhatsApp (muito comum, porém não é universal) e google Classroom ou equipamentos como tablets e notebooks (equipamentos de alto custo e socialmente pouco acessíveis) fazem parte das dificuldades que o isolamento social expressa dos processos de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, a EJA, é uma das modalidades de ensino que nos faz melhor refletir sobre os demais elementos que estão envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, sendo eles a permanência na escola e condições de acesso, o apoio da família e o interesse dos alunos, os aspectos cognitivos, culturais, sociais e econômicos. Nesta perspectiva, ampliamos essa reflexão em torno da reestruturação obrigatória dos professores, no dado momento histórico vivenciado pela pandemia.

5 ENSINO REMOTO

A Lei de Diretrizes e Educação Básica (LDB), nº 9.394 / 96, que trata da Educação Básica como direito, traz diretrizes específicas para determinadas verdades educacionais, educação de jovens e idosos, Educação Especial e Inclusiva, Educação do Campo, que inclui pessoas de áreas rurais, matas, quilombolas. Portanto, todos os sujeitos rurais e urbanos têm o direito legal de estudar. No entanto, como parte deste documento, temos apenas análises domiciliares. As lições vividas no meio rural trazem consigo conhecimentos, práticas, hábitos, relações e posses culturais, que, por sua vez, fortalecem e sustentam, contribuem para o desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 1996).

No governo Jair Bolsonaro, vê-se o desmantelamento das políticas de educação com o afastamento de outros setores - como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), vinculada ao Ministério de Educação e Cultura. (MEC), que atendia às necessidades de educação para jovens e adultos. Segundo Souza (2019), durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e a gestão de Tarso Genro na educação, inicialmente sob a sumarização. A SECADI, posteriormente, em sua política de inclusão, passa a se destacar por sua contribuição para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, visando à promoção da diversidade e da diversidade social e cultural, de forma a promover a educação inclusiva, direitos humanos e sustentabilidade socioambiental. “Também desenvolveu ações nas áreas de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial com Integridade, Educação Ambiental e Direitos Humanos, Educação Domiciliar, Educação Tradicional e Quilombola e Relações Étnicas” (SOUZA, 2019).

A Educação Domiciliar no Brasil, em tempos de epidemia, expôs muitas situações que vêm sendo criticadas por acadêmicos e pesquisadores, por movimentos sociais e por quem acompanha de perto o movimento da verdade. No entanto, a falta de visibilidade social de quem compõe a força de trabalho não permite que a essência dessa realidade seja percebida como resultado do processo de segregação que polui grande parte das pessoas que fazem parte dessa base social. Mas, também estamos cientes de que há um encobrimento desse fato pela mídia e funcionários do governo.

A falta de atenção e o limitado investimento na educação pública, evidentes durante a epidemia, expuseram os perigos e as dificuldades de acesso e permanência em escolas em diversos estados estudantis. Tais situações são destacadas cotidianamente pela pesquisa científica, por organizações da sociedade civil, para garantir que os sujeitos tenham direito à educação, à permanência na escola, ao cumprimento da missão de educar e formar cidadãos

críticos e de intervenções na justiça social. O direito à educação está previsto na Constituição da Organização (1988) em seu artigo 205, que dispõe: “A educação, direito de toda pessoa e o trabalho do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988).

Com base na extinção da SECADI em 2019, fica claro que a situação atual marcou um declínio político nos sistemas de ensino das províncias e municípios brasileiros, com viés neoliberal, retomada da política de retrospectiva e cumprimento do direito consuetudinário. a formação cidadã, diminuída pelo desaparecimento ou silenciamento da Educação Domiciliar, além de outros problemas sociais, como a falta de investimento na educação. O analfabetismo efetivo na rural e urbano tem um efeito profundo sobre a população brasileira em sua agenda de desenvolvimento social e econômico (SOUZA, 2019; SANTOS & NUNES, 2020; SANTOS, 2020a; SANTOS, SOARES & SOUZA, 2020).

Importante destacar que o modelo de ensino remoto, aplicado emergencialmente no contexto pandêmico, não é o mesmo que a Educação a Distância. A EaD se constitui como uma forma de ensino que conta com o uso da tecnologia para sua aplicação, tendo todo um aporte teórico e metodológico para este fim. Já o ensino remoto, vem sendo utilizado de maneira emergencial, como resultado da epidemia de Covid-19, que visa manter o aluno responsável durante o fechamento da escola. O ensino remoto, que carece de uma legislação específica e regulamentar, foi utilizado de maneira emergencial para substituição (nesse período) do ensino presencial, com vistas a evitar o afastamento dos estudantes das atividades escolares e mantendo-o ligado aos estudos, buscando evitar atrasos de aprendizagem curriculares durante a epidemia.

Em consonância com isso, uma série de questões relacionadas à política educacional têm surgido, com destaque para a tecnologia educacional, que ainda não está disponível nas instituições de ensino de muitas escolas públicas.

A permanente presença e progressão da epidemia de Covid-19 e o elevado número de mortes causadas pela doença, tornaram o Brasil o epicentro do vírus. Para manter a relação da escola com a comunidade e evitar a propagação da doença, foram emitidos atos administrativos; como base teórica seguem, na tabela abaixo, de forma cronológica o inicial encaminhamento dos mesmos:

Tabela 1: Atos administrativos no âmbito educacional referentes à progressão da Epidemia

Ato administrativo	Data	Resumo
Portaria 343	17/03/2020	Autorizando o uso de tecnologia para direcionar as aulas escolares, por até 30 dias
Portaria 345	19/03/2020	Substituiu a realização de cursos presenciais em aulas digitais
Portaria 473	12/05/2020	Prorrogando o prazo previsto na Portaria nº 343, por mais 30 dias
Portaria 544	16/06/2022	Substituindo salas de aula personalizadas por aulas de mídia digital, até 31/12/2020
Resolução 14040	18/08/2020	Autoriza os programas educacionais brasileiros a reformularem o currículo escolar e a reprogramar o ano letivo de 2021, com aprovação automática.

Portanto, o currículo da Educação Básica que não foi implantado durante o ano letivo de 2020 será ministrado de forma diferente em 2021, no âmbito do currículo de dois anos (o aluno levará dois anos para um), dependendo do currículo. diretrizes publicadas pela CNE, a Base Curricular Comum Nacional (BNCC) e os procedimentos para programas educacionais relevantes. Para operar com carga total de 1.600 horas durante o biênio (COSTA, 2020).

O resultado final dessas medidas governamentais de prevenção à saúde pública no país ainda não pode ser previsto. Enquanto isso, nossos alunos da Educação Básica sofrem com a desigualdade digital, pois as escolas não estão equipadas com tecnologia educacional para atender os alunos da rede social, especialmente aqueles em áreas rurais, indígenas e quilombolas, e, para além do ambiente escolar, no dado momento, as residências dos estudantes não foram equipadas para tal momento, tendo em vista a mesma desigualdade social e digital, na qual a escola torna-se apoio estrutural.

5.1 A EJA e o Ensino remoto emergencial

Durante o avançar da epidemia de COVID-19 e a progressão dos números de infectados e mortos, a OMS (Organização Mundial De Saúde) anunciou uma emergência global e um plano de combate ao vírus. Lidando como um plano de guerra, o primeiro passo foi romper a sociedade; empresas, órgãos governamentais e privados fecharam as portas em todos os níveis para conter a progressão de doenças, mantendo-se apenas os serviços essenciais em funcionamento com horários restritos e acessos regradados, farmácias e supermercados, por exemplo.

Desta forma, o combate ao vírus teve indícios na saúde, porém, afetou severamente outros setores da sociedade, como economia e educação.

A educação passou por grandes mudanças nos modelos de sala de aula de emergência em nosso tempo, pois muitas escolas e educadores queriam incorporar esse modelo de sala de aula virtual para dar continuidade às atividades durante a epidemia. Com isso, inicia-se a educação emergencial remota, que destaca alguns aspectos da Educação a Distância (EAD), porém não tem sido considerada um método de ensino, sendo muito importante que saibamos que existem diferenças entre eles.

As aulas remotas tornaram-se uma iniciativa urgente do Governo para que a educação não pare no nosso país. A educação emergencial a distância foi um passo necessário para se adaptar à nossa situação atual, onde os professores tiveram que se adaptar, reorganizando e adaptando, assim, suas atividades e processos educacionais. As escolas tornaram-se cada vez mais vulneráveis às emergências, adequando os conteúdos, contextos e métodos necessários para garantir que o processo de ensino do aluno não seja comprometido durante a epidemia.

O Conselho Nacional de Educação - CNE, aprovou uma visão para a prestação de serviços virtuais em todos os níveis de ensino, em cumprimento do mandato para o ensino não presencial desde o Ensino Primário. “A comunicação é essencial para este processo, bem como o esclarecimento de ações educativas não presenciais para orientação de famílias e alunos, sob orientação de professores e dirigentes escolares”, refere o comunicado. Considerando o exposto, podemos concluir que as aulas remotas são um passo em linha com a nossa necessidade urgente de educação e de continuidade do ano letivo.

As horas de sala de aula remota são contabilizadas como horas letivas e o principal objetivo da inclusão dessa saída de emergência é impedir que esses alunos aprendam devido à falta de aulas presenciais regulares nas escolas, pois isso, exige a participação ativa desses alunos nas salas de aula. Para que isso aconteça, a escola, assim como os professores, deve manter contato com as famílias dos alunos, ressaltando a importância de sua participação nas

salas de aula remotas oferecidas pelas dependências escolares. Os pais ou responsáveis podem pensar que, por serem tão distantes, as aulas podem não ser tão importantes quanto as aulas presenciais, o que não são. No entanto, é preciso comunicar-se com a escola e a comunidade, valorizando a importância das aulas remotas do programa de ensino e aprendizagem do aluno.

Uma diretriz para isso é que os gestores escolares tornem provável esse equilíbrio de professores e pais de alunos, como forma de demonstrar a importância da plataforma como processo de comunicação com o aluno e, juntos, discutir tipos de atividades para a implementação de todos conteúdos propostos nas salas de aula.

A família é muito importante nesse momento e deve se envolver ativamente na educação de seus filhos, acompanhando as aulas e atividades e deve estar em parceria com a escola. Mesmo distantes, as escolas devem mostrar a importância desse sistema de ensino, cumprir sua missão e fortalecer seu papel na sociedade. Nesse sentido, é fundamental a participação de todos os envolvidos no ensino dos alunos, desde a equipe escolar até o núcleo da família estudantil, que dará o suporte necessário para que eles possam frequentar as aulas e progredir bem.

Já no contexto de Ensino de Jovens e adultos, o comprometimento do aluno ganha ainda mais espaço, pois a luta entre os afazeres gerais torna-se mais evidentes e, ainda, lidar com a necessidade de readaptar-se ao momento de estudo, com as tecnologias e o próprio fato de não precisar estar no ambiente escolar. O contexto docente passa a ser mais íntimo à rotina do aluno, muitas vezes precisando individualizar o atendimento ao aluno dentro desse novo contexto.

O sistema de ensino no Brasil e no mundo já atingiu o ponto de instrução utilizando plataformas e ferramentas tecnológicas, porém, um grupo de profissionais e alunos que já faziam parte do universo EAD, estavam altamente preparados no que diz respeito às aulas de informática e telefones celulares pela Internet.

No ensino à distância, no entanto, muitos professores e alunos não estavam envolvidos no ensino presencial, pelo que tiveram de se adaptar a este novo método de ensino e como consequência surgiram alguns desafios: Para os alunos - dificuldade de aprendizado, adaptação a uma nova rotina e foco no ambiente familiar; para professores - dificuldades no uso repentino de TICs e fóruns.

Como resultado, a necessidade de alteração de acordo com a Lei das Instituições Nacionais de Educação e Treinamento (LDB), Lei nº. no art. 23, inciso 2, orienta que o calendário escolar deve obedecer às normas locais, inclusive climáticas e econômicas, na opinião do sistema de ensino competente, sob pena de reduzir o número de horas letivas previstas na Lei, art 32, inciso 4, que o ensino primário seja ministrado presencialmente e que

o ensino à distância seja utilizado para acompanhar a aprendizagem ou em situações de emergência.

Diante da epidemia, a Portaria 343 do Departamento de Educação (MEC) de 17 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 18 de março de 2020, determina a substituição das salas de aula presenciais por meios digitais. Durante a epidemia. Desde então, instituições educacionais e governos começaram a estudar formas de integrar recursos e implementar soluções inovadoras para reduzir as perdas educacionais.

No entanto, como mencionado anteriormente, existem desafios que fazem parte do ensino remoto, como a falta de acesso à Internet e outras tecnologias, em oposição à possibilidade de “transmissão de informações” (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 1).

Portanto, a orientação da Secretaria é que, nesses casos, a estratégia do material impresso seja aplicada e distribuída aos alunos de acordo com a logística de cada escola. O material didático pode auxiliar na construção do conhecimento e facilitar o diálogo entre aluno e professor (BRASIL. MEC, 2007, p. 13). Por isso, este artigo identifica ideias que podem reduzir os desafios do ensino a distância.

5.2 Desafios existentes no ensino remoto emergencial

Tomazinho (2020) argumenta que o ensino a distância é atualmente a única maneira de os alunos aprenderem, e o currículo de muitas escolas não foi criado e nem foi considerado remotamente usado. A maioria dos professores e funcionários não foram treinados para ensinar *online*. Essa instrução foi aprovada pela Medida Provisória nº 934 de 2020, que previa flexibilização em consonância com o calendário escolar. O Ministério da Educação aprovou essa iniciativa com uma perspectiva digital.

Na ausência de informações aprofundadas sobre o ensino prático, há quem diga que está dentro da categoria Educação a Distância. No entanto, existem muitas diferenças entre o ensino remoto vivenciado no período de emergência sanitária atual. No Ensino Fundamental, é desenvolvido um modelo de ensino que incorpora uma estrutura de ensino integrada, conteúdo, aspectos metodológicos, técnicos e estratégias de ensino a serem utilizadas (BEHAR 2020).

Esses dois métodos de ensino são diferentes, pois a EAD está dentro do contexto educacional com planejamento próprio, fazendo tudo visando a melhor escolha de materiais de construção, atendimento aos alunos, etc. Já o ensino remoto é considerado uma questão de urgência e seria a única forma de dar continuidade ao atual ano letivo.

Dessa forma, o ensino remoto é diferente do ensino presencial, e professores e alunos foram atropelados por uma nova forma de ensinar e aprender com a nova rotina letiva. Ferreira et al., (2020) destaca que a realidade atual tem desafiado os professores a desenvolver estratégias, utilizar novas ferramentas e aprender a lidar com o ensino à distância, ou seja, inovar.

Muitos professores não possuem formação técnica suficiente para poder ministrar suas aulas à distância. No entanto, para que haja um processo de ensino/aprendizagem adequado utilizando a tecnologia, é necessário que professores e alunos tenham habilidades de letramento digital e acesso a recursos de qualidade. Xavier (2020) deixa claro que o letramento digital promove mudanças na forma como lemos e escrevemos códigos e pistas não verbais e não verbais, como figuras e diagramas, em comparação com as estratégias de letramento desenvolvidas no livro. Portanto, neste caso, o leitor precisa ser capaz de compreender o conteúdo que lhe é apresentado de forma digital, seja em formato de texto ou vídeo. O papel dos professores é mediar conteúdo online, utilizando as ferramentas disponíveis. Nesse sentido, tanto o aluno quanto o professor precisam do conhecimento digital, o que era impensável antes da transição das aulas para uma forma distante.

Também a ser discutido no ensino presencial, os alunos, além da presença do professor em sala de aula para tirar dúvidas e auxiliá-los de alguma forma, ou seja, eles também trabalham juntos, fazem amizades, se comunicam com a temática escolar e os recursos educacionais disponibilizados pela escola. No ensino remoto não existe esse contato social palpável, pois vemos colegas e professores através da máquina da tecnologia. Aulas que antes eram escritas no quadro e debatidas em sala, agora são apresentadas em submissões, videoaulas e links disponibilizados aos professores para acesso ao conteúdo. Dessa forma, o processo de pensar, investigar, compreender e aprender o que lhes foi apresentado há muito exige um esforço significativo por parte de alunos e professores. Diante de tudo isso, surgem as algumas questões, das quais, para este trabalho destaco: E o acesso dos alunos a esse ensino? E, principalmente, os professores conseguem manter o processo de ensino aprendizagem nesse contexto?

Nesse sentido, destaca-se que a maioria dos alunos matriculados em escolas públicas possui baixa renda e mora em áreas de alto risco sem sinal de internet adequado. Sem um aparelho de sala de aula e sem internet de qualidade, não tem como acessar as aulas remotas.

Isso pode levar a um menor nível de aprendizagem para muitos desses alunos, pois eles não têm emprego ou acesso a conteúdo, o que aumenta a desigualdade acadêmica e social. As escolas particulares também têm problemas com esse modelo. Sousa (2020) destaca a questão da cobrança de professores de escolas particulares, de forma a cumprir os prazos estabelecidos pela instituição, e postar novos conteúdos bem elaborados. Como resultado, professores de

escolas públicas e privadas estão enfrentando o dobro do custo do ensino presencial em áreas remotas. A postagem de conteúdos e atividades é feita aproximadamente pelos professores. Os alunos são testados enviando feedback sobre as atividades, participando de reuniões on-line e aprendendo descobertas. Os alunos não estavam acostumados a adquirir conhecimento sem ter um professor efetivamente à sua frente, então enfrentaram dificuldades nisso.

Ferreira et al (2020) relata que os professores estão sentindo cansaço devido à superlotação das tarefas de casa e a necessidade de planejar um modelo de ensino remoto. Essa tarefa dos professores, principalmente das mulheres, coloca em risco o ensino. Devido à alta demanda de trabalho, eles não conseguem ajustar o trabalho de seus alunos, avaliar o nível de aprendizado e alertá-los na hora certa para fazer as tarefas certas.

5.3 A docência no ensino remoto

A produção do conhecimento educacional, um dos problemas tem sido a rápida transformação, em comparação com a necessidade de melhorar a qualidade da Educação Básica que fomente um modelo democrático que tenha impacto na cultura docente como um todo. Segundo Libâneo (2004, p.111):

O encargo das escolas, hoje, é assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Para isso, faz-se necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão, adotando formas alternativas, criativas, de modo que aos objetivos sociais e políticos da escola correspondam estratégias compatíveis de organização e gestão.

No que diz respeito à sala de aula, diz BITTENCOURT, 2006, p.14, “que a escola tem uma competição midiática, com gerações de alunos construídas sobre uma riqueza de informações e imagens, e formas de transmissão diferentes daquelas que têm sido feitas de boca em boca”.

No cerne da epidemia, o uso de abordagens práticas e inovadoras é visto como uma necessidade na construção do conhecimento, seja no campo da pesquisa científica, no campo do conhecimento da história escolar ou na extensão, liderando o aluno nas situações a serem utilizadas: resolução de questões propostas, determinação de objetos, avaliação por questionário, busca de informações, levantamento e tratamento adequado de recursos, estratégias de validação de opinião, organização de dados coletados, análise conceitual, descrição da proposta de estudos de caso, esclarecimento de interpretação, redação de textos.

Como é de domínio público que o avanço tecnológico está evoluindo rapidamente e associado à atração de jovens, é necessário que a escola, que prepara o mundo do social e do trabalho, não apenas os vestibulares, se mantenha em evolução tecnológica, o que passa a exigir do professor, a incorporação e utilização de ferramentas como a Internet, câmeras, microfones em seu trabalho, seja em sala de aula, pesquisas ou extensão.

Outra atividade permanente é a avaliação, a qual permite um processo de ensino e aprendizagem significativo ou mesmo direcionado. Nesse sentido, a função diagnóstica da prova escolar possibilita o cumprimento da "função pedagógico-didática é aquela que dá o sentido pedagógico na função de controle" (LIBÂNEO, 2004, p.197), portanto, se a avaliação é para validar uma qualificação em um programa de ensino orientado por objetivos, deve focar na aprendizagem, aquisição e desenvolvimento de habilidades.

É importante ressaltar que a introdução da tecnologia digital em sala de aula se estabelece como uma prática docente, sendo necessário um bom planejamento por parte do professor, beneficiando o aluno, pois ele descobrirá uma variedade de métodos de ensino que o ajudarão a compreender o conteúdo.

O Conselho Nacional de Educação aprovou a Visão No. 5/2020, que trata das diretrizes para a reformulação dos calendários escolares e a realização das atividades de ensino. Nesse sentido, durante a Pandemia Covid-19, as aulas foram iniciadas como aulas presenciais, de forma a reduzir a necessidade de alteração dos dias letivos de forma a potencializar parcialmente a utilização do calendário escolar até 2020.

As decisões tomadas em 2020 determinaram as regras únicas do ano letivo em causa, mantendo pelo menos oitocentas horas e o trabalho docente iniciado com atividades não presenciais, visando evitar, entre outras coisas, o declínio do processo de ensino e aprendizado do aluno.

No Brasil, estratégias de ensino remoto estão sendo introduzidas em escolas e universidades, exigindo investimentos em educação para reduzir as barreiras ao desenvolvimento de salas de aula remotas. Diante desse ambiente de ensino remoto, a questão da tecnologia tem como foco a educação, o que exige o investimento de políticas públicas a fim de promover o uso eficiente da tecnologia, que reflita novos comportamentos e ações humanas, sendo “um dos principais entraves ao seu uso é a falta de conhecimento e gestão dessas tecnologias por parte de muitos professores” (LEITE e RIBEIRO, 2012, p.177), pois, não possuem formação efetiva.

Normalmente, as aulas são enviadas pelos professores de cada disciplina, ao mesmo tempo que seria a aula presencial. Prática que garante o cumprimento do programa previsto

para cada lição. Isso difere do conceito de Educação a Distância (EAD), que é, via de regra, um formato de ensino e aprendizagem que é visto como autodidata com base no ensino.

No entanto, no cenário trazido pela COVID-19, nem todas as escolas têm bom desempenho e habilidades de comunicação profissional e aplicativos de gestão escolar. Então, eles usam e-mails, redes sociais, WhatsApp, entre outros. Estas são apenas algumas das maneiras pelas quais as escolas podem manter os alunos informados.

A votação desta questão ocorreu no dia 28 de abril de 2020 e, a partir de agora, as instituições de Ensino Fundamental e Médio têm algumas diretrizes para sua atuação. Este documento tem caráter orientador e possibilita a definição do layout do calendário e a execução das atividades de ensino presencial é de responsabilidade dos programas educacionais.

No Ensino Primário, a visão orienta as escolas a criarem recursos para os pais ou responsáveis com atividades lúdicas educativas, recreativas, artísticas e de comunicação, a serem feitas com as crianças em casa, enquanto o tempo de emergência demora, garantindo assim, é essencial cuidar de crianças pequenas e evitar perturbações mentais, físicas e sociais.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sugere-se que “as redes educativas e escolares orientem as famílias por meio de uma abordagem efetiva e sistemática do desenvolvimento infantil”. No entanto, as soluções propostas pelas redes não devem pressupor que os 'mediadores familiares' substituam o trabalho do professor. As atividades não presenciais propostas devem separar os papéis dos adultos que convivem com os alunos em casa e orientá-los a planejar uma rotina diária”.

Nos anos finais do ensino fundamental e médio, o documento do CNE propõe o desenvolvimento de empregos construídos em consonância com as habilidades e competências preconizadas pelos núcleos de conhecimento da BNCC; uso, se possível, de programas de TV aberta com programas educativos para adolescentes e adolescentes; a distribuição de vídeos educativos, de curta duração, através de plataformas digitais, mas sem necessidade de testes *online* ou impressos, apresentados no final do período de suspensão; e o uso de plataformas de redes sociais de longa distância (WhatsApp, Facebook, Instagram, etc.)

Uma das características do texto sobre a suspensão prolongada das atividades escolares devido à epidemia de COVID-19 pode levar a:

Dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o comprometimento ainda do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022; retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento; danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como stress familiar e aumento da violência doméstica para as

famílias, de modo geral; e abandono e aumento da evasão escolar. (BRASIL, 2020, p.03)

O documento também afirma que as atividades de ensino não presencial podem se aplicar a todos os níveis, categorias e métodos de ensino, incluindo a educação especial. No que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA), as medidas preconizadas devem considerar sua unidade na ampliação das práticas e procedimentos pedagógicos.

O maior desafio para essa “educação remota de emergência” recai sobre os professores. Como alterar o conteúdo, pontos fortes da aula, palestras e testes. Sem prejudicar o processo de aprendizagem? Como manter os alunos motivados e unidos? Essa tarefa é especialmente difícil para quem trabalha em áreas remotas de tecnologia ou ensina crianças.

6 CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES DO CEJA PROFESSOR GILMAR MAIA DE SOUSA

Neste estudo, a investigação limita-se ao Centro de Referência da EJA PROFESSOR GILMAR MAIA DE SOUSA, na cidade de Fortaleza, sugerindo reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem no ensino básico, num momento de necessidade de distanciamento social.

Não é de hoje que a tecnologia foi incorporada à profissão docente. As tarefas tornaram-se mais complexas e variadas, exigindo maior disponibilidade dos professores, com um custo pessoal muito maior; utilizando novos recursos e métodos tecnológicos, criamos maiores vínculos e discussões entre escola e professor e alunos, “aproveitando” para nos rever e nos restabelecer, para garantir que os alunos sejam “reais”. É necessário um recurso mediador no processo ensino-aprendizagem (MOORE; KEARSLEY, 2007), portanto, “pode direcionar a educação escolar para qualquer meio de transmissão e / ou construção do conhecimento, sem a presença simultânea de personagens, por estarem separados, no tempo e espaço, e juntos na ação-educação” (COSTA, 2007, p. 94).

Portanto, para que o conteúdo seja significativo, é importante rastrear o perfil do aluno, ou seja, saber quem está sendo ensinado, com consideração no planejamento do projeto, no Projeto Político-Pedagógico, na organização do conteúdo e nas atividades planejadas.

Segundo o retorno dos 7 professores da EJA PROFESSOR GILMAR MAIA DE SOUSA participantes desta pesquisa, podemos perceber que mesmo trabalhando na instituição há mais de 5 anos, os recursos de educação a remota (o uso de computadores e *smartphones* no preparo de aulas e avaliação, ou *softwares* como o Google *Classroom*) aplicados não eram novidade para a maioria. O formulário deteve-se ao tempo de ensino e às informações quanto aos usos de ferramentas para ensino remoto, resguardando informações como nome, idade e gênero, mas, havendo sempre campos abertos em cada bloco para que pudesse expressar-se livremente.

Gráfico 1: Tempo de ensino na Instituição

HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ FAZ PARTE DO CORPO DOCENTE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PROFESSOR GILMAR MAIA DE SOUSA?

7 respostas

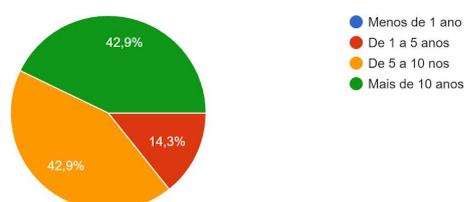
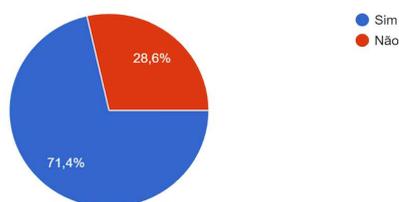


Gráfico 2: Experiência anterior com ensino remoto ou a distância

NO SEU TEMPO DE EXPERIÊNCIA COM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, JÁ UTILIZOU DOS RECURSOS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, DO INÍCIO À AVALIAÇÃO DO PERÍODO LETÍVO?

7 respostas



Segundo Faria (1989), os fatores psicológicos referem-se a fatores pré-existent que influenciam a aprendizagem futura. É necessário que o leitor tenha conhecimento e experiência prévios para auxiliar na construção do conhecimento, o que permite uma relação entre o conhecimento prévio e o novo conteúdo. Podemos incluir fatores psicológicos relacionados às características e experiências dos professores como influenciadores desse processo de aprendizagem e como esse momento da epidemia pode facilitar problemas de humor, fadiga e depressão. Dos relatos referentes aos anúncios da COVID-19 no Brasil, os professores relataram de forma unânime que foram tomados de preocupações e incertezas, mas, alguns também pontuaram que era um momento de vislumbre de dias melhores e aperfeiçoamento profissional.

“Não havia respostas sobre nenhuma das dificuldades enfrentadas. Não houve tempo para nenhum tipo de preparo. Em poucas semanas foi necessário desenvolver as condições de atendimento com o uso das tecnologias. Talvez o fato de acreditar que não fosse algo tão prolongado, fez com que não me sentisse temeroso. Mas desde o início achei que as mudanças poderiam nos trazer bons resultados no futuro. Tratei de ver o futuro de forma positiva.”

Diante de uma situação em que o conhecimento e o aprendizado só podem emergir por meio da cibernética e da internet, devido à tão necessária segregação da humanidade, podemos dizer que “estamos diante de uma boa oportunidade porque a epidemia acelerou o processo, que já estava em andamento de integração entre tecnologia e educação” (Casatti, 2020).

“Senti a necessidade de aprender novas tecnologias para facilitar a inclusão de alunos no processo de ensino e aprendizagem.”

“A pandemia acentuou o sentimento de necessidade de defesa aos ataques impostos aos docentes pela política diretiva de destruição da educação pública pelo governo Bolsonaro, o medo diante da morte que chegou e chega a mais de 600.000 mortos e do genocídio, e a carência de reconhecimento de urgência do surgimento de uma sociedade equitativa e justa socialmente.”

Atualmente, a possibilidade de acesso à Internet está incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde a mesma se refere ao uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, como forma de aguçar e revitalizar o pensamento crítico dos alunos no que diz respeito às ferramentas de pesquisa digitais disponíveis e aos riscos associados à utilização das redes sociais. Na pesquisa realizada na EJA PROFESSOR GILMAR MAIA DE SOUSA foi relevante trazer esse conhecimento para compreensão das modificações não só no ensino, mas também nas rotinas digitais para os professores. Como pode-se observar, apesar de ferramentas gratuitas e que já estavam disponíveis para uso, as mesmas, não eram amplamente exploradas, bem como poucos são os professores que acreditam que estas foram realmente eficazes no momento avaliativo, apesar de necessárias para a continuidade das aulas.

Gráfico 3: Plataformas utilizadas

QUAIS PLATAFORMAS DISPONIBILIZADAS PARA O ATENDIMENTO AO ALUNO VOCÊ UTILIZA?
7 respostas

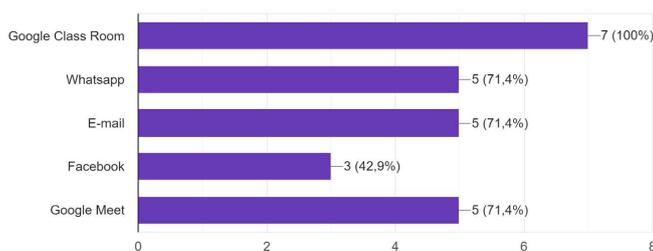


Gráfico 4: Perspectiva da necessidade das ferramentas

VOCÊ ACREDITA QUE AS PLATAFORMAS E FERRAMENTAS IMPLEMENTADAS SUPREM AS NECESSIDADES AVALIATIVAS QUE DO EJA?
7 respostas

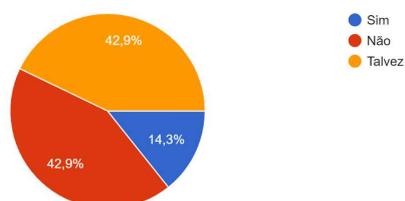


Figura 1: Respostas dos professores

DO INÍCIO DE 2019 (SEM A MENOR EXPECTATIVA DE PANDEMIA) E FINAL DE 2020 (COM A AMPLITUDE DO COVID-19): O QUE VOCÊ PÔDE CONSTATAR QUANTO AO INTERESSE DO ALUNO NESSE PERÍODO?

7 respostas

Não consegui observar alteração no interesse. Houve sim uma preocupação maior referente à adaptação do ensino remoto.
Em sua maioria mostram-se interessados.
Caiu sensivelmente o interesse dos alunos
Aprender novas formas de estudo.
TIVERAM DIFICULDADE EM SE ADAPTAR AO ENSINO REMOTO
Diminuiu
O interesse do aluno da EJA ao meu ver sempre é significativo

Outro ponto interessante revelado na pesquisa, foi a perspectiva dos participantes de que a maior dificuldade com as ferramentas foi a falta de conhecimento dos alunos, referente às ferramentas utilizadas:

“Maior dificuldade: desconhecimento por parte dos alunos sobre acesso. Maior facilidade: acesso de várias mídias diferentes”

“A curva de aprendizagem para mim, e acredito para todos, foi longa. Foi necessário muito tempo de estudo para que fosse necessário aprender todos os programas, inclusive os outros que não estão vinculados ao uso de uma determinadas plataforma. Por exemplo, se uso uma mesa digitalizadora, preciso aprender o programa que a permite utilizar. Se preciso de PDF, é necessário programas que manipulem o PDF, ou o scanner, ou o microfone, etc. E não somente para mim, mas, também, dar suporte ao aluno. E, principalmente, preciso encontrar a metodologia certa, adequada à plataforma e à disciplina que leciono. Mas, foi válido tudo isso, pro meu crescimento como profissional e como pessoa, e foi válido para o aluno, que poderá ter uma forma adicional de atendimento mesmo após o fim da pandemia.”

Para além do uso das ferramentas, a percepção do professor quanto ao interesse, aprendizado e as nuances desse momento, também foram levantados, houveram respostas muito diferentes, acredito que seja devido as disciplinas ministradas, onde o interesse do aluno se faz mais presente, independente ao ensino remoto.

7 CONCLUSÃO

A partir da análise da literatura revisada, entende-se que o acesso à tecnologia da informação e comunicação está relacionado aos direitos fundamentais da Constituição do nosso país, de modo que os recursos tecnológicos são ferramentas que contribuem para o desenvolvimento educacional, social, econômico, cultural e psicológico, na atualidade e a epidemia trouxe à mostra muitas fragilidades neste sentido com a grande necessidade de utilização no processo de ensino e aprendizagem, bem como a formação profissional.

No entanto, por se tratar de um processo de ensino desenvolvido para jovens e adultos de diferentes idades e vivências, a abordagem deve atender às necessidades de cada indivíduo, alinhando-se com sua carga de conhecimento e velocidade de aprendizado desses alunos. No ensino a distância, esse processo não deve ser dividido, mas, sim, deve levar o aluno a uma formação consciente, efetiva e participativa.

É importante apontar as fragilidades e desigualdades da estrutura social do Brasil que agravam a situação em decorrência da epidemia em nosso país, especialmente na educação, onde se observam diferenças de alfabetização, escolarização geral e acesso ao ensino, este último ainda mais evidenciado durante a epidemia que não é apenas estrutura física que o limita. Além disso, é importante considerar as consequências sociais e econômicas do impacto do COVID-19, como o aumento das taxas de desemprego e a queda da renda familiar. Todos esses fatores precisam ser considerados nas propostas para garantir os direitos e objetivos da educação neste período, a fim de minimizar o impacto da epidemia na educação.

Na esperança de que este trabalho leve à reflexão e ao pensamento crítico quanto ao momento vivenciado, disponho a coleta de dados que me permitiu compreender o funcionamento prático do ensino de EJA e as modificações que foram necessárias durante a pandemia; compreender os desafios que os professores enfrentam na educação de jovens e adultos em desenvolver suas propostas de ensino e esclarecer um currículo eficaz para os alunos por meio das aulas remotas, utilizado neste momento.

É um extremo desafio em nossa situação, para além de epidêmica, emergencial, criar mecanismos que estejam de acordo com as reais necessidades do aluno, considerando os recursos limitados disponíveis, a formação e aperfeiçoamento dos professores e recursos gerais disponíveis à Educação no nosso país. Acredito que esse estudo conseguiu explicitar as tomadas de decisão dos professores em seus planos de aula e reorganização do ensino e das avaliações e compreendendo as medidas adotadas pelos agentes da educação na EJA da rede Estadual do Ceará, no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Gilmar Maia de Souza.

Conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve atender às necessidades do indivíduo, alinhando-se com seus saberes e responsabilidades de aprendizagem desses alunos, e, portanto, no ensino remoto, esse processo não deve ser dividido. Espera-se, portanto, que este trabalho contribua de alguma forma para o desenvolvimento da docência no componente EJA.

8 REFERÊNCIAS

- BATES, A. W. Teaching in a digital age. 2. ed. Vancouver, BC: Tony Bates Associates Ltd., 2019.
- BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2006.
- BALSANELLI, A. P. Aprendizagem de Jovens e Adultos: a aprendizagem há seu tempo. São Paulo:
- BRASIL. Parecer n.º 11, de 10 de maio de 2000. Contempla as funções da Educação de Jovens e Adultos: reparadora, equalizadora e qualificadora.
- ALBUQUERQUE, E. SOUZA, S. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. Bakhtiniana, São Paulo, 7 (2): 109-122, Jul. Dez. 2012.
- ALMEIDA, M. E. B. de. Educação, ambientes virtuais e interatividade. In: SILVA, M. (Org.) Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Loyola, 2006.
- ALONSO, K. M. Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas. Educação & Sociedade. Campinas: Unicamp; Campinas: Editora Unicamp, v. 29, n. 104, p. 747- 768, out. 2008.
- ARROYO, M. Educação de jovens adultos: um campo de direito e de responsabilidade pública. In: SOARES, GIOVANETTI e GOMES (Orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BELLONI, M. L. Educação a distância. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96. Brasília: Imprensa Oficial, Diário Oficial, v. 134, n. 248, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer 11/2000 de Carlos Roberto Jamil Cury. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação: 2000.
- BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2005.
- COMERLATO, D. Formação de professores em EJA. Aprendendo com jovens e Adultos. Porto Alegre: Revista do Pefjat/UFRGS, nº 1, Ano 2, Dez/2001.
- BELLONI, M. L. Ensaio sobre a Educação a distância no Brasil. Educação e Sociedade, 78, abril, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

FORMULÁRIO

INTRODUÇÃO AO FORMULÁRIO

ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: reflexões sobre os desafios da escolarização na Educação de Jovens e Adultos no cenário pandêmico

O objetivo deste trabalho é compreender o funcionamento prático do ensino de EJA do Centro de Educação de Jovens e Adultos professor Gilmar Maia de Sousa, levando em consideração as modificações que foram necessárias em decorrência da pandemia de COVID-19, tendo em vista a ampla faixa etária que se insere nessa modalidade de ensino e especialmente neste Centro de Educação. Quanto às objetivações específicas, há quatro proposições elencadas: Descrever como o ensino de EJA está sendo conduzido durante a pandemia. Descrever as modificações implementadas nos planos de ensino da EJA em decorrência da pandemia. Descrever como estão sendo realizadas as avaliações dos alunos do ensino de EJA durante a pandemia. Compreender como está sendo conduzido o retorno dos alunos na nova dinâmica de atendimento da EJA durante a pandemia. Informo que as perguntas não estão bloqueadas, como obrigatórias, para que possam ir e vir e responder conforme melhor lhe convir

1. UM POUCO SOBRE VOCÊ

1.1. QUAL DISCIPLINA VOCÊ LEGISLA?

1.2. HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ FAZ PARTE DO CORPO DOCENTE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PROFESSOR GILMAR MAIA DE SOUZA?

(Marcar apenas uma opção)

- | | |
|-------------------|--------------------|
| a) Menos de 1 ano | c) De 5 a 10 anos |
| b) De 1 a 5 anos | d) Mais de 10 anos |

1.3. NO SEU TEMPO DE EXPERIÊNCIA COM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, JÁ UTILIZOU DOS RECURSOS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, DO INÍCIO À AVALIAÇÃO DO PERÍODO LETÍVO? (Marcar apenas uma opção)

- a) Sim
- b) Não
- c) Outro:

3.17. COMO FOI / É PARA VOCÊ O TRABALHO COM ESSAS FERRAMENTAS? QUAIS AS DIFICULDADES E FACILIDADES QUE ELAS TROUXERAM PARA O SEU COTIDIANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E INTERAÇÃO COM OS ALUNOS?

4. PERCEPÇÃO DO ALUNO

4.1. AOS ALUNOS QUE JÁ ESTAVAM EM ACOMPANHAMENTO NO INÍCIO DA PANDEMIA

4.2. QUAL NÍVEL DE ACEITAÇÃO AO USO DAS NOVAS FERRAMENTAS VOCÊ IDENTIFICOU? (Marcar apenas uma opção)

NADA RECEPTIVO - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - MUITO RECEPTIVO

4.3. VOCÊ IDENTIFICOU MELHORA NO DESEMPENHO DOS ALUNOS NAS ATIVIDADES E AVALIAÇÕES? (Marcar apenas uma opção)

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez

4.4. AOS NOVOS MATRICULADOS, JÁ EM PERÍODO DE PANDEMIA, FOI PERCEBIDO DIFERENÇA NO QUANTITATIVO DE ALUNOS? (Marcar apenas uma opção)

- a) Aumentou
- b) Diminuiu
- c) Não identifiquei diferença
- d) , atendi o mesmo quantitativo médio de alunos

4.5. AO QUE VOCÊ PODE ASSOCIAR ESSA DIFERENÇA? (Marcar apenas uma opção)

- a) Matrículas facilitadas
- b) Matrículas dificultadas
- c) Não houve diferença
- d) Permaneci com os mesmos alunos em todo período de pandemia
- e) Outro:

5. SE É QUE PODEMOS FAZER UM COMPARATIVO QUANTO AOS ATENDIMENTOS

5.1. DO INÍCIO DE 2019 (SEM A MENOR EXPECTATIVA DE PANDEMIA) E FINAL DE 2020 (COM A AMPLITUDE DO COVID-19): O QUE VOCÊ PÔDE CONSTATAR QUANTO AO INTERESSE DO ALUNO NESSE PERÍODO?

5.2. E 2021? O QUE VOCÊ PÔDE CONSTATAR QUANTO AO INTERESSE DO ALUNO NESSE PERÍODO?

5.3. QUAIS ESTRATÉGIAS E MANOBRAS VOCÊ UTILIZOU NO CASO DE PRECISAR TRAZER A ATENÇÃO E INTERESSE DO EDUCANDO?

5.4. AS DECISÕES DA COORDENAÇÃO FORAM COLABORATIVAS COM O CORPO DOCENTE OU OCORRERAM DE FORMA IMPOSTA. (Marcar apenas uma opção)

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| a) Imposto pela coordenação | c) Imposta pela Secretaria de |
| b) Colaborativa | Educação |
| | d) Outro: |

5.5. DE FORMA GERAL, QUAIS ***NUANCES*** VOCÊ PERCEBEU NO SEU ATENDIMENTO AO ALUNO?

5.6. NA SEÇÃO 2 PERGUNTEI SOBRE SUA EXPERIÊNCIA COM EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, ANTERIOR À PANDEMIA. NO CASO DE TER RESPONDIDO SIM, CONSEGUE COMPARAR OS COMPORTAMENTOS E FERRAMENTAS?

6. AGRADECIMENTO

Agradeço a todos os professores pelo apoio e valiosa contribuição nesse momento virtual.

7. Este é um campo aberto, caso queira complementar sobre qualquer ponto deste trabalho: